

**INTERPRETAÇÃO  
RACIONAL E  
CAUSALIDADE HISTÓRICA**



**Max Weber**

Tradutor: Artur Morão

[www.lusosofia.net](http://www.lusosofia.net)



LUSOSOFIA:PRESS

Covilhã, 2010

FICHA TÉCNICA

Título: *Interpretação Racional e Causalidade Histórica*

Autor: Max Weber

Tradutor: Artur Morão

Colecção: Textos Clássicos de Filosofia

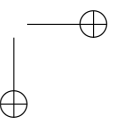
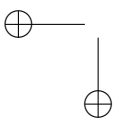
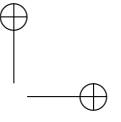
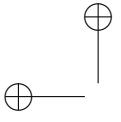
Direcção da Colecção: José Rosa & Artur Morão

Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: José M.S. Rosa

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2010





## [Nota do tradutor]

Agradeço ao editor, Joaquim Soares da Costa, da “Texto e Grafia”, a amável autorização para, desde já, se proporcionar aos cultores e apreciadores da filosofia, portugueses e outros, a ocasião de mergulhar na leitura destas páginas de Max Weber, que reproduzem três pequenas secções da terceira parte do seu grande estudo – *Roscher e Knies e os problemas lógicos da economia política histórica* –, publicado entre 1903-06.

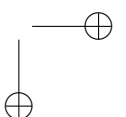
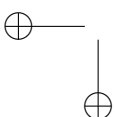
Trata-se, de facto, de um dos escritos weberianos mais importantes sobre a epistemologia das ciências sociais, e nele sobressai, em especial, a crítica ao psicologismo e à noção romântica de “interpretação”. Aqui se delineia também a peculiaridade da interpretação racional da História, o papel da “compreensão”, o elemento comum às ciências da natureza e à ciência histórica, mas igualmente o factor que as distingue, ou seja, a “acção” humana, com todas as suas implicações.

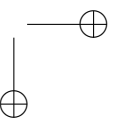
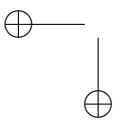
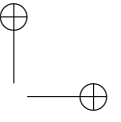
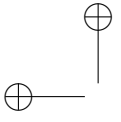
Este excerto do estudo de Max Weber sobre o economista e historiador Karl Knies, faz parte do pequeno volume que sairá, ao longo do ano de 2010, na Texto e Grafia, com o título de *Lógica e irracionalidade nas ciências sociais*.

A versão aqui proposta baseou-se no texto alemão de *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* [Ensaio reunidos de teoria da ciência], Tubinga, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1985<sup>6</sup>.

Uma selecção dos escritos de Max Weber (na língua original) encontra-se disponível neste electro-sítio: [Zeno.org Meine Bibliothek](http://Zeno.org/MeineBibliothek)

Artur Morão







# Interpretação Racional e Causalidade Histórica

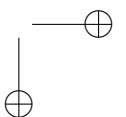
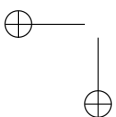
Max Weber

## “Sentimento” heurístico e apresentação “sugestiva” dos historiadores

Apesar de tudo o que se disse, poderia ainda haver alguém decidido a afirmar que, em todo o caso, existe *um* âmbito onde o significado, em si apenas *psicológico-cognoscitivo*, da “interpretação por revivência” adquire, *de facto*, a acepção de “validade”: justamente onde simples “sentimentos” não articulados se tornam objecto do conhecimento histórico e, por isso, a sugestão de tais “sentimentos” em nós seria o *único* ideal cognitivo possível. A “convivência” [*Einleben*] de um historiador, arqueólogo ou filólogo com “personalidades”, “épocas artísticas” ou “línguas” efectuar-se-á na forma de determinados “sentimentos comuns”, “sentimentos linguísticos”, etc., e estes “sentimentos” propuseram-se<sup>1</sup> justamente como o “cânone” mais seguro para determinar historicamente, por exemplo, a procedência de um

---

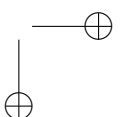
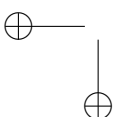
<sup>1</sup> Assim *Elsenhans*, na p. 23 do ensaio anteriormente citado. Os sentimentos de totalidade com que acompanhamos a concepção de uma determinada “época histórica” poderiam – segundo o autor – “proporcionar, apesar da sua aparente indefinição, um cânone seguro do conhecimento”; e, em particular, “decidir-se-ia com certeza instintiva” se um complexo de ideias “se ajusta” a esta totalidade de sentimento – em analogia com o “sentimento linguístico”.





documento, de uma obra de arte, ou para interpretar os motivos e o sentido de uma acção histórica. Ora, visto que o historiador procura, e deve procurar, induzir-nos a “reviver os fenómenos culturais” (entre os quais se contam, claro está, por exemplo “disposições anímicas” [*Stimmungen*] significativas no plano histórico, específico e também político), a “sugerir”-no-los, então, ao menos nestes casos tal interpretação insinuada seria um processo autónomo, inclusive no plano teórico, em face da articulação conceptual. Tentemos agora, nestas afirmações, fazer uma distinção entre o correcto e o falso. Antes de mais, quanto ao significado, já frisado, do “sentimento comunitário” ou “sentimento de totalidade” como “cânone” da classificação histórico-cultural ou da interpretação de “personalidades”, é de grande relevância, e até indispensável, para a génese psicológica de uma hipótese no espírito do historiador, o significado do “sentimento” obtido através da constante ocupação *intelectual* com o “material”, isto é, com a prática, portanto com a “experiência”<sup>2</sup>: mediante o simples manejo de “percepções” e “conceitos”, ainda se não “criou” nenhum conhecimento histórico válido, e também nenhum conhecimento de qualquer espécie. Pelo contrário, quanto à pretensão “segurança” no sentido da “validade” científica, todo o investigador consciente e empenhado há-de rejeitar, com a máxima firmeza, a noção de que possa ter algum valor o apelo ao “sentimento de totalidade”, por exemplo ao “carácter geral” de uma época, de um artista, etc., enquanto ele se não deixar controlar e converter em *juízos* articulados e demonstráveis de modo preciso, ou seja, numa “experiência” “conceptualmente” modelada, no sentido corrente deste termo. – Afirmou-se também já assim, no fundo, como é que as coisas estão relativamente à “reprodução” histórica de conteúdos anímicos

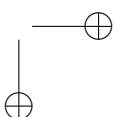
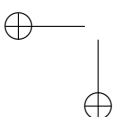
<sup>2</sup> Por conseguinte, de uma forma totalmente análoga, quanto à essência, ao “sentimento” nada articulado ou consciente, com que o capitão de um barco reage perante o perigo de colisão, quando tudo depende da decisão a tomar numa fracção de segundo. Aqui como além, a “experiência” acumulada é o elemento determinante; aqui como além, a possibilidade de articulação é, em princípio, igualmente possível.





emocionais, quando estes têm uma relevância histórica (causal). Que os “sentimentos” se não deixam definir conceptualmente na mesma acepção em que se define um triângulo rectângulo ou os produtos abstractos das ciências quantitativas, é algo que eles partilham com tudo o que é qualitativo. Todos os *qualia*, quer nós os “projectemos” no mundo externo como qualidades das “coisas”, quer em nós os “internalizemos” como vivências psíquicas, possuem, enquanto tais, o carácter do “indefinido” necessariamente relativo. O que vale para os matizes da luz, para os timbres, para as gradações olfactivas, vale também, e justamente no mesmo sentido, para os “sentimentos valorativos” religiosos, éticos, estéticos, pelo que, na sua asserção descritiva, “cada qual vê o que leva no coração”. Portanto, a interpretação dos processos psíquicos – enquanto se tratar apenas desta circunstância – opera com conceitos que, em nenhum outro sentido e, em princípio, não são determináveis de forma absolutamente unívoca, como deve acontecer, em geral, em toda a ciência que não abstrai do qualitativo<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Que a psicologia experimental possa “medir” certas manifestações dos processos psíquicos não altera absolutamente nada. De facto, é incorrecto afirmar que o “psíquico” enquanto tal é incomunicável (Münsterberg) – isso é antes uma propriedade das “vivências” que, precisamente por este motivo, chamamos de “místicas” –, mas, como tudo o que é qualitativo, só é comunicável numa clareza relativa, e a medição, tal como em estatística o cômputo, apreende aqui apenas o psíquico que chega a *um* determinado tipo de expressão externa, ou melhor, unicamente este tipo de expressão. A medição psicométrica não significa a instauração da comunicabilidade *em geral* (Münsterberg), mas o incremento da sua *definição* respectiva mediante a quantificação de *uma* forma de expressão do processo “psíquicamente condicionado”. Mas seria um mal para a ciência se, por este motivo, não fosse possível classificar e conceptualizar com suficiente precisão o material “psíquico”, de harmonia com o fim concreto da investigação. A conceptualização é, de facto, empreendida e constantemente utilizada por todas as ciências não quantificadoras. Amiúde se assinalou, e se bem entendido com razão, como imenso significado do *dinheiro*, o facto de que ele permite expressar o resultado das valorações “subjectivas” de uma forma material, que pode ser “medida”. Não se esquecerá, porém, que o “preço” não é *nenhum* fenómeno paralelo ao experimento psicométrico, sobretudo não é nenhuma medida de uma valoração “*psicossocial*” de um “valor de uso”



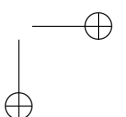
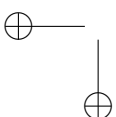




Quando, na sua exposição, o historiador se dirige ao nosso “sentimento” com meios sugestivamente eficazes, por outras palavras, quando tenta provocar em nós uma “vivência” não conceptualmente articulável, *ou* se trata de uma estenografia para a exibição de manifestações parciais do seu objecto, cuja determinação conceptual pode ser omitida, sem dano algum para a concreta meta cognoscitiva: – eis uma consequência da circunstância de que a inesgotabilidade, em princípio, do múltiplo empiricamente dado, permite que *cada* exposição obtenha “validade” tão-só como uma conclusão “relativa” do processo cognitivo histórico. *Ou*, então, a provocação em nós de uma simples vivência emotiva exige servir de meio específico de conhecimento: como “ilustração”, por exemplo, do “carácter” de uma época cultural ou de uma obra de arte. Ela pode, então, ter um duplo carácter lógico. Pode apresentar-se com a pretensão de exhibir uma “revivência” do “conteúdo” “espiritual” ou “psíquico” – segundo o modo de expressão – da vida da época, da personalidade ou da concreta obra de arte em questão. Neste caso, enquanto permanecer no estádio do “sentimento”, ela contém no historiador e suscita no leitor, que com a sua ajuda se dispõe à “empatia”, “sentimentos valorativos” *próprios*, sempre e inevitavelmente inarticulados, em relação aos quais não existe a mínima garantia de que eles correspondam, de algum modo, aos sentimentos daqueles homens históricos, com que ele está em empatia<sup>4</sup>. Falta-lhe, pois, aqui também o critério controlável para uma distinção entre o “essencial” e o “inessencial”, no plano da *cau-*

social, mas, sim, um produto de compromisso entre interesses em luta, oriundo em condições históricas muito concretas e particulares. Todavia, ele partilha com o experimento psicométrico a circunstância de que só as aspirações que chegam a um tipo determinado de “expressão” se tornam “mensuráveis”, de acordo com a medida da constituição social dada (como “poder de compra”, etc.).

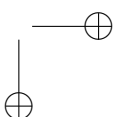
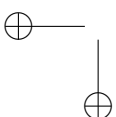
<sup>4</sup> Quem pretenda, com um exemplo, fazer uma ideia da peculiaridade de tais provocações da interpretação do sentimento, em oposição à análise conceptualmente articulada e, portanto, empírica, confronte, no *Rembrandt* de Carl Neumann, a interpretação de “A ronda noturna” com a de “O sacrifício de Manoé” – trata-se de duas realizações incrivelmente belas no âmbito da interpretação das obras de arte, mas só a primeira, e não a segunda, é de carácter inteiramente empírico.





*salidade*. Assim como o “sentimento de totalidade”, gerado em nós, por exemplo, por uma cidade estrangeira, costuma ser determinado, no estádio do puramente emocional, por coisas como o arranjo das chaminés, a forma dos telhados e quejandos, absolutamente acidentais, ou seja, aqui, de nenhum modo essenciais, em sentido *causal*, para o “estilo de vida” próprio dos seus habitantes, assim o mesmo acontece também sem excepção, à luz da experiência, com todas as “intuições” históricas inarticuladas: o seu valor cognitivo científico diminui, quase sempre, em relação directa com o seu estímulo e encanto estéticos; elas *podem*, em certas circunstâncias, adquirir um valor “heurístico” significativo, mas, noutra situação, podem igualmente impedir o conhecimento objectivo, porque ofuscam a consciência de que se trata de conteúdos emocionais do observador, e não dos da “época” descrita ou do artista criador em questão. Neste caso, o carácter subjectivo de semelhante conhecimento identifica-se com a falta de “validade”, justamente *porque* se descurou a articulação conceptual e a “sensação participativa e comunitária” [*Anempfindung*] se subtrai à demonstração e ao controlo. E, ademais, ele traz consigo o perigo eminente de fazer recuar a análise causal das conexões em prol da busca de um “carácter geral”, afim ao “sentimento total”; e esse “carácter comum” – já que a necessidade de uma *fórmula* que reproduza a “síntese emotiva” veio para o lugar da exigência de uma análise empírica – cola-se à “época” como uma etiqueta. A interpretação subjectiva e emocional não exhibe, nesta forma, *nem* o conhecimento histórico empírico de conexões reais (interpretação causal), *nem* aqueloutro que, além do mais, poderia ser: uma *interpretação referida a valores*. De facto, este é o outro sentido da “vivência” de um objecto histórico que, além da “imputação causal”, pode residir na “categoria” da interpretação, da qual aqui nos ocupamos. Já noutra lugar<sup>5</sup> dissertei sobre a sua relação lógica com o elemento histórico; aqui, basta estabelecer que, nesta função, a “interpre-

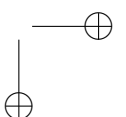
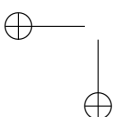
<sup>5</sup> *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, Januarheft, 1906. Quanto ao resto, remete-se também aqui para os argumentos de Rickert.





tação” de um objecto avaliável em termos estéticos, éticos, intelectuais ou sob os mais diversos pontos de vista valorativo-culturais, não é uma *componente* (em sentido lógico) de uma exposição puramente histórico-empírica – ou seja, de uma apresentação que impute “indivíduos históricos” concretos a causas concretas –, mas antes, sob a perspectiva da história, uma *moldagem* do “indivíduo histórico”. A “interpretação” do “*Fausto*”, do “puritanismo” ou de determinados conteúdos da “cultura grega” é, nesta acepção, uma indagação dos “valores”, que “nós” *podemos* encontrar “realizados” nesses objectos, e daquela “forma”, sempre e sem excepção, individual em que “nós” nela os vemos “realizados”, e graças à qual esses “indivíduos” se tornam objectos da “explicação” histórica: trata-se, pois, de uma tarefa *filosófico-histórica*. Ela é, com efeito, “subjectivante”, se por tal se entender que a “validade” desses valores nunca, decerto, pode ser entendida por nós no sentido da validade dos “factos” empíricos. Entendida, pois, na acepção em que dela aqui falamos, não interpreta o que os participantes na criação do objecto “valorado” “sentiram” historicamente de forma subjectiva – isso é para ela, enquanto fim em si mesma, apenas um eventual elemento auxiliar em vista da nossa “compreensão” própria e melhor do valor<sup>6</sup> –, mas interpreta o que “nós podemos” – ou porventura também “devemos” – encontrar de valor no objecto. Neste último caso, ela própria estabelece os objectivos de uma disciplina normativa – como a estética – e “avalia”; no primeiro caso, porém, sob um ponto de vista lógico, ela baseia-se numa análise “dialéctica” dos valores e esquadrinha exclusivamente “possíveis” relações axiológicas do objecto. Ora esta “relação” a “valores” – e tal é a sua função momentosa e decisiva no nosso contexto – é que constitui, ao mesmo tempo, a única via que, da total indeterminação do que é alvo de “empatia”, conduz àquele género de determinação de que é capaz o conhecimento dos conteúdos individuais e espirituais da consciência. De facto, em contraste com o simples “conteúdo emocional”, designamos como “valor” justamente aquilo,

<sup>6</sup> Nesta perspectiva Croce tem toda a razão.

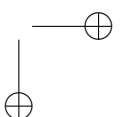
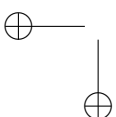




e só aquilo, que se pode converter em conteúdo de uma tomada de posição, ou seja, de um “juízo” positivo ou negativo conscientemente articulado – algo que se acerca de nós “reclamando validade”, e cuja “validade” se torna “para” nós um “valor” e, por conseguinte, é “por” nós aceite, rejeitada ou “axiologicamente *apreciada*” nas mais diversas designações. A “exigência” de um “valor” ético ou estético contém, sem excepções, a emissão de um “juízo de valor”. Se não podemos, aqui e agora, investigar mais a fundo a natureza dos “juízos de valor”<sup>7</sup>, então, para as nossas considerações actuais, estabeleça-se, em todo o caso, o seguinte: a determinação do *conteúdo* do juízo é o que extrai o objecto, a que elas se referem, da esfera do simplesmente “sentido”. É de todo impossível estabelecer de forma unívoca se alguém vê o “vermelho” de um determinado papel pintado “tal” como eu o vejo, se essa cor tem o mesmo “matiz emocional” para ele e para mim; a “percepção” [*Anschauung*] em questão permanece necessariamente indefinida na sua comunicabilidade. Em contrapartida, a pretensão de partilhar um *juízo* ético ou estético sobre um estado de coisas não teria sentido algum, se – na acção conjunta das componentes “emocionais” incomunicáveis – o conteúdo “prescrito” do juízo não fosse “compreendido” de forma idêntica nos seus pontos “relevantes”. A referência do individual aos “valores” possíveis significa sempre uma medida – tão-só relativa – de supressão do que é “sentido” de forma puramente intuitiva. Por isso mesmo – e regresamos assim, em conclusão, de novo a algumas insinuações já antes feitas –, a “interpretação” filosófico-histórica, nas suas duas formas possíveis – directamente valorativa (portanto metafísica) e exclusivamente analítica do valor – põe-se aberta e continuamente ao serviço da “compreensão empática” do historiador. Podemos, a este respeito, remeter-nos às observações de Simmel<sup>8</sup>, só que aqui e além não

<sup>7</sup> O impacto psicológico, presente nas observações antipsicologistas de Croce, é que ele nega a existência dos “juízos de valor” nesse sentido, embora a sua construção se mantenha e caia com eles.

<sup>8</sup> As formulações de Simmel (pp. 52, 54 e 56) são também, aqui, de tipo psicológico-descritivo e, por isso, apesar da sua liberdade pouco comum, não dei-

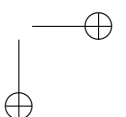
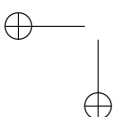




ultimadas na formulação e, de vez em quando, não de todo anódinas também na sua substância; e, como suplemento, há-de acrescentar-se-lhes apenas o seguinte: *visto que* o “indivíduo histórico”, também no significado especial da “personalidade”, pode ser, em sentido *lógico*, tão-só uma “unidade” suscitada de modo artificial por uma relação *axiológica*, a “valoração” é o estágio *psicológico* normal de transição para a “compreensão intelectual”. A elucidação plena das componentes historicamente relevantes do “desenvolvimento interior” de uma “personalidade histórica” (por exemplo Goethe ou Bismarck) ou, inclusive, só da sua acção concreta num contexto concreto historicamente relevante, costuma alcançar-se, de facto, só mediante o confronto das *possíveis* “valorações” do seu comportamento; por

---

xam, a meu ver, de levantar objecções. É verdade 1. que uma forte “subjectividade” do historiador, enquanto “personalidade”, *pode* ter uma utilidade invulgar para a “interpretação” causal da acção histórica e de individualidades históricas, amiúde *nada* conformes com ele; 2. que a nossa compreensão histórica de personalidades “fortemente perfiladas”, intensamente “subjectivas”, é, não raro, particularmente “evidente” – *ambos* os fenómenos dependem do papel desempenhado pela referência a *valores* na modelação cognitiva do individual. Além disso, as “valorações” intensivas da personalidade “rica” e “peculiar” do historiador são um meio heurístico de primeira ordem para descobrir relações axiológicas não superficiais nos processos históricos e nas personalidades – mas *esta* capacidade do historiador para a *valoração* conceptualmente clara no plano espiritual é que justamente permite chegar ao conhecimento das relações de valor, e não qualquer elemento irracional da sua individualidade. Sob o ponto de vista psicológico, o “compreender” começa como unidade indistinta de valoração e interpretação causal, mas a elaboração lógica põe no lugar da valoração a simples “referência” teórica aos valores, na configuração dos indivíduos históricos. – É grave também que Simmel pense (p. 55, ao fundo, e p. 56) que o historiador, embora ligado ao *material*, é “livre” para *configurar* a totalidade do decurso histórico. Na minha opinião, as coisas passam-se ao contrário: o historiador é “livre” na escolha dos valores orientadores que, por seu lado, determinam a selecção e a modelação do “indivíduo histórico” a elucidar (também aqui naturalmente, como sempre, no sentido impessoal e puramente lógico da palavra). Mas, no seu percurso ulterior, está estritamente vinculado aos princípios da imputação causal e é “livre”, em certo sentido, só no aperfeiçoamento do logicamente “acidental”, ou seja, na configuração do “material ilustrativo” puramente estético.



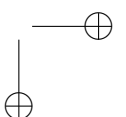
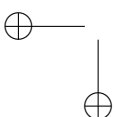


isso, a superação desta fase psicológica transitiva há-de ser exigida incondicionalmente pelo historiador, na génese do seu conhecimento. Assim como no exemplo, antes utilizado, do oficial de patrulha, a interpretação causal é posta ao serviço da “tomada de posição” prática, para tornar possível a “compreensão” noética de uma ordem em si pouco clara, assim também, ao invés, nestes casos, a “valoração” própria há-de, como meio, assistir a “compreensão”, ou seja, aqui: a interpretação causal da acção alheia<sup>9</sup>. Neste sentido e nesta base, é correcto afirmar que uma “individualidade” bem vincada do historiador, e também as “valorações” muito precisas, que lhe são peculiares, *podem* ser um obstetra deveras eficiente do conhecimento causal, tal como, por outro lado, devido à força da sua influência, são igualmente capazes de ameaçar a “validade” dos resultados singulares, enquanto verdade empírica<sup>10</sup>.

Para arrematar esta contenda, inevitavelmente algo monótona, com as múltiplas teorias, tão variadas nas cores e nas formas, sobre a pretensa peculiaridade das disciplinas “subjectivantes” e sobre o significado de tal peculiaridade para a história, pode dizer-se que o resultado consiste tão-só na ideia deveras trivial, mas, todavia, sempre de novo impugnada, de que nem as qualidades “objectivas” do “material”, nem as diferenças “ontológicas” do seu “ser”, nem se-

<sup>9</sup> Também nos casos em que se empreende uma valoração “teleológica”, com a ajuda das categorias de “fim” e “meio” – o exemplo clássico dos historiadores é a história militar –, a situação lógica é a mesma. O conhecimento, adquirido mediante doutrinas “estratégicas”, de que uma determinada manobra de Moltke foi um “erro”, ou seja, ele enganou-se na escolha dos “meios” adequados para o “fim” que se queria propor, possui para a exposição *histórica apenas* o sentido de nos ajudar a conhecer o *significado causal* que aquela decisão (teleologicamente “errónea”) teve para o decurso dos acontecimentos historicamente relevantes. Das doutrinas estratégicas tiramos tão-só o conhecimento das possibilidades “objectivas”, que se hão-de pensar como realizáveis, de acordo com as diversas decisões concebíveis. (Também neste ponto a concepção de Bernheim é, logicamente, muito pouco clara.)

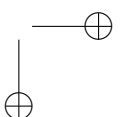
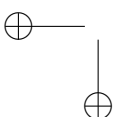
<sup>10</sup> Jacob Burckhardt é um exemplo excelente para ambos os aspectos deste processo.





quer, por último, o tipo do desenrolar “*psicológico*” da obtenção de um determinado conhecimento, decidem do seu sentido *lógico* e dos pressupostos da sua “validade”. O conhecimento *empírico*, no campo da realidade “espiritual” e no da “natureza externa”, dos processos em “nós” e dos processos “fora” de nós, está sempre unido ao meio da “construção conceptual”, e a essência de um “conceito” é, logicamente, a mesma nas duas “áreas” objectivas. A peculiaridade *lógica* do conhecimento “histórico”, contrariamente à do conhecimento “científico-natural” em sentido *lógico*, nada tem a ver com a distinção entre o “psíquico” e o “físico”, entre “personalidade” e “acção”, por um lado, e “objecto natural” inanimado e “processo mecânico natural”, por outro<sup>11</sup>. E menos ainda pode a “evidência” da “empatia” em “vivências” interiores “conscientes”, reais ou potenciais – uma qualidade puramente fenomenológica da “interpretação” –, identificar-se com uma específica “certeza” empírica dos processos “interpretáveis”. – Porque pode e enquanto pode “significar” algo para nós, uma “realidade”, psíquica ou física ou as duas coisas simultaneamente, é plasmada por nós como “indivíduo histórico”; – porque é determinável mediante “valorações” e “significados”, o comportamento humano interpretável “com sentido” (“acção”) é apreendido, de modo específico, pelo nosso interesse *causal* na explicação “histórica” de semelhante “indivíduo” –; por fim: enquanto se orienta e se pode confrontar com “valorações” dotadas de sentido, o fazer humano pode, de forma específica, “compreender-se” com “evidência”. Por isso, no papel particular que na “história” desempenha o que “interpretativamente” se pode compreender, trata-se de diferenças 1. do nosso *interesse* causal e 2. da qualidade da “evidência” almejada das conexões causais individuais, mas *não* de diferenças da causalidade ou do significado e do tipo de construção conceptual.

<sup>11</sup> Veja-se, a propósito, *Rickert, op. cit.* Todavia, a sua designação do trabalho que busca “leis” como elaboração conceptual “científico-natural teve por consequência, na polémica dos adversários, a confusão permanente do conceito “departamental” das “ciências naturais” com o lógico.



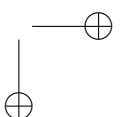
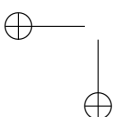


## A interpretação “racional”

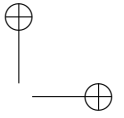
Resta-nos apenas, agora, dedicar ainda algumas considerações a um determinado tipo de conhecimento “interpretativo”: a interpretação “racional” mediante as categorias de “fim” e de “meio”.

Sempre que “compreendemos” a acção humana como condicionada por “fins” abertamente conscientes e desejados e no claro conhecimento dos “meios”, tal compreensão obtém, sem dúvida, um grau especificamente elevado de “evidência”. Mas, se nos interrogarmos sobre a sua base, revela-se nos, de imediato, como fundamento a circunstância de que a relação entre “meios” e “fim” é uma relação racional, acessível num grau específico à *consideração causal generalizante*, no sentido da “legalidade”. Não existe nenhuma acção racional sem racionalização causal do recorte da realidade, tomado em consideração como objecto e meio da influenciação, isto é, sem o seu enquadramento num conjunto de *regras* empíricas, as quais indicam que resultado de um determinado comportamento se há-de *esperar*. É, decerto, de todo erróneo afirmar que, por este motivo, a “concepção teleológica”<sup>12</sup> de um processo se há-de entender co-

<sup>12</sup> Sobre a relação entre “telos” e “causa” nas ciências sociais prevalece, amiúde, uma confusão assombrosa, desde os trabalhos de *Stammler*, decerto inteligentes, mas que contém algumas conclusões erróneas. Esta confusão, pode dizer-se, alcançou o clímax nos ensaios do Dr. Biermann: “W. Wundt und die Logik der Sozialwissenschaften”, *Conrads Jahrbuch*, Janeiro, 1903; “Natur und Gesellschaft”, *ibid.*, Julho, 1903; e finalmente “Sozialwissenschaft, Geschichte und Naturwissenschaft”, 1904, XXVIII, p. 552 ss. Contra a objecção de que ele advoga uma “formulação antagónica de teoria e história”, “responde expressamente” que ela se lhe afigura “*obscura* e, em princípio, injustificada”. Existe, de facto, a obscuridade, mas só porque, infelizmente, aquelas relações permanecem de todo obscuras para o *autor*, pois de outro modo não poderia apelar a investigadores como Windelband e Rickert, os quais não deixariam de se surpreender a propósito desta caução que lhes é exigida. – De qualquer modo, se em tal obscuridade se houvesse de permanecer, importaria ainda o seguinte: também economistas muito respeitáveis expressam, por vezes, opiniões manifestamente erróneas acerca de problemas complicados, que se associam àquela dicotomia. O pior é que o “telos” demasiado ze-



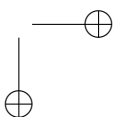
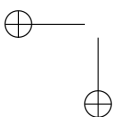




mo uma “inversão” da concepção causal<sup>13</sup>. Mas é certo que, sem a

loso do autor engole igualmente a antítese mais elementar: a que existe entre “ser” e “dever-ser [*Sollen*]”. Que, em seguida, a “liberdade da vontade”, a “causalidade total” e a “legalidade do desenvolvimento” se enredem em variegadas combinações na única antítese que se pretende decisiva, “telos” e “causa”, e se defenda, por fim, a opinião de que se deveria justificar um determinado “princípio de investigação” para ser possível ultrapassar o “individualismo” – quando justamente a amálgama das questões do “método” e do “programa” é, hoje, o que há de antiquado nas anteriores controvérsias –, tudo isso faz surgir o desejo de que a moda hodierna de enfeitar qualquer trabalho inicial com considerações teórico-cognoscitivas bem depressa defínhe. As ideias bastante simples e nada originais que o autor apresenta nestes e noutros trabalhos sobre as relações entre “Estado e economia” podem, sem mais, ignorar-se. É de esperar que o autor, animado decerto pelo mais sincero entusiasmo em face dos seus ideais, consiga no futuro propor-nos trabalhos, em cuja leitura se não tropece continuamente em erros lógicos de diletante e, por isso, se perca a paciência. Só então será, em geral, possível num confronto fecundo com os seus ideais práticos. – Uma discussão sobre princípios com o próprio Stammeler – que de nenhum modo pode ser responsável pelos equívocos de Biermann – incharia o arco deste ensaio, e não é o que aqui se propõe.

<sup>13</sup> De forma surpreendente, também Wundt (*Logik*, vol. I por, p. 642) acolhe este erro popular. – Diz ele: “Se (*a*) na apercepção fazemos que a ideia do nosso movimento preceda a mudança externa, então o movimento surge-nos como a causa desta mudança. Se, pelo contrário, (*b*) fazemos que a ideia da mudança externa preceda a do movimento, graças à qual aquela será suscitada, então a mudança surge como fim, e o movimento como o meio, mediante o qual o fim é alcançado. – Nos primórdios do desenvolvimento conceptual de psicologia, fim e causalidade brotam, por conseguinte, de diferentes abordagens de um único e mesmo processo [o sublinhado é de Wundt]”. A este respeito dir-se-á o seguinte: é claro que as proposições acima indicadas (por mim) com (*a*) e (*b*) não descrevem o “mesmo processo, mas cada uma delas descreve uma parte diferente de um processo que, seguindo Wundt, se pode reproduzir assim num esquema aproximado: 1) a “ideia” de uma mudança esperada (*v*) no “mundo externo”, unida à 2) ideia de um movimento (*m*) capaz de levar a cabo tal mudança; depois 3) o movimento (*m*) e 4): uma mudança (*v'*) no mundo externo, induzida por *m*. Só as componentes 3) e 4): movimento exterior e a sua consequência externa – estão compreendidas na proposição a) de Wundt; 1) e 2): a ideia do resultado ou, para os materialistas consequentes, pelo menos o correspondente processo cerebral, estão ali ausentes, embora deva permanecer suspenso o problema de saber se a proposição b) de Wundt compreende só os elementos 1) e 2) ou também, numa mescla confusa, os elementos 3) e 4).

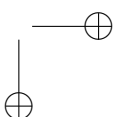
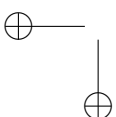




fé na segurança das regras empíricas, não poderia haver nenhuma acção baseada numa reflexão sobre os meios necessários ao resultado desejado e que, ademais, em ligação com isso, dado um fim manifesto, a escolha dos meios nem sempre é necessariamente inequívoca; mas também não é sempre totalmente ambígua e imprecisa, antes “determinada” numa disjunção, segundo as circunstâncias, de muitos membros diversos. A interpretação racional pode, pois, assumir a forma de um juízo condicional de necessidade (esquema: dada a intenção X, o agente, para a realizar, “deveria” escolher, de harmonia com as regras conhecidas do acontecer, o meio Y ou um dos meios Y, Y’, Y”) e, por isso, vir a coincidir ao mesmo tempo com a “valoração” teleológica de uma acção empiricamente verificável (esquema: segundo as regras conhecidas do acontecer, a escolha do meio Y garantiria, em relação a Y’ ou Y”, a maior possibilidade de realizar o fim X ou alcançaria este fim com o mínimo sacrifício, etc.; portanto, um seria mais “oportuno” do que o outro ou também o único “adequado”). Visto que esta valoração é de carácter puramente “técnico”, ou seja, só constata, graças à experiência, a adequação do “meio” ao fim efectivamente almejado pelo agente, então ela, apesar do seu carácter de “valoração”, não abandona de modo algum o plano da análise empírica dos dados. E, na esfera do conhecimento do que *realmente* acontece, esta “valoração” racional apresenta-se *tão-só* como hipótese ou construção conceptual típico-ideal: confrontamos a acção fáctica com aquela que, do ponto de vista “teleológico” e se-

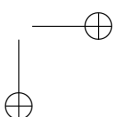
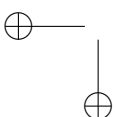
---

Mas em *nenhum* dos dois casos a proposição b) contém outra “concepção” do mesmo processo, como a proposição a), visto que se não pode pressupor como óbvio que a mudança ( $v'$ ), *induzida* pelo movimento ( $m$ ) como causa, tenha de ser necessariamente *idêntica* à mudança ( $v$ ) “*intentada*” como meio pelo movimento ( $m$ ). Logo que o resultado “intentado” e o empiricamente “alcançado” diferem, mesmo que só em parte, todo o esquema de Wundt deixa de funcionar. De qualquer modo, semelhante divergência entre o que é desejado e o que é obtido – a *não* consecução do fim – é constitutiva da génese psicológica do conceito de fim, cuja discussão Wundt mistura aqui com a do seu sentido lógico. Não se consegue ver como poderíamos tornar-nos conscientes do “fim”, como categoria independente, se ( $v$ ) e ( $v'$ ) sempre coincidissem.



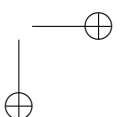
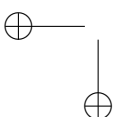


gundo as regras gerais causais da experiência, é racional, para assim se estabelecer *ou* um motivo racional, que pode ter guiado o agente, e que tentamos deslindar, de forma a podermos mostrar as suas acções efectivas como o meio ajustado a um fim que ele “poderia” ter perseguido; *ou* então para se poder compreender porque é que um motivo do agente, e já de nós conhecido, teve, em virtude da escolha dos meios, um resultado *distinto* do que ele subjectivamente esperava. Mas, nestes dois casos, não efectuamos uma análise “psicológica” da “personalidade”, com a ajuda de quaisquer meios cognitivos peculiares; efectuamos, sim, uma análise da *situação* “objectivamente” dada, mediante o nosso saber nomológico. Por conseguinte, a “interpretação” descai aqui para o saber geral de que podemos actuar “de acordo com fins”, por outras palavras: que podemos agir com base num exame das diferentes “possibilidades” de um desenrolar futuro no caso da realização de cada uma das acções (ou omissões) pensadas como possíveis. Em virtude do eminente significado fáctico do agir, nesta acepção, “côncio do fim” na realidade empírica, a racionalização “teleológica” pode utilizar-se como meio construtivo para a produção de construções conceptuais, que têm um extraordinário valor heurístico para a análise causal das conexões históricas. E, decerto, 1) estas formações conceptuais construtivas, antes de mais, de carácter puramente individual, podem ser *hipóteses* interpretativas para contextos singulares concretos – assim, num exemplo já mencionado, a construção de uma política de Frederico Guilherme IV, condicionada, por um lado, por certos fins pressupostos e, por outro, pela constelação das “grandes potências”. Ela presta-se, em seguida, como meio intelectual, ao intuito de medir a sua política real pelo grau do seu conteúdo racional e de reconhecer assim, por um lado, as componentes racionais e, por outro (em relação com este fim), os elementos *não* racionais da sua acção política *efectiva*; torna-se, deste modo, possível a interpretação historicamente válida de tal acção, a avaliação do alcance causal de ambos os elementos e, portanto, o enquadramento válido da personalidade de Frederico Guilherme IV,





como factor causal no contexto histórico. Ou então – e é o que aqui nos interessa – 2) elas podem ser construções típico-ideais de carácter geral, como as “leis” da ciência económica abstracta que, sob o pressuposto da acção estritamente racional, constroem conceptualmente as consequências de certas situações económicas. Mas, em todos os casos, a ligação de semelhantes construções teleológicas racionais à realidade, elaborada pelas ciências empíricas, não é, claro está, a mesma que existe entre “leis naturais” e “constelação”; é antes apenas a relação de um conceito típico-ideal, que serve para facilitar a interpretação empiricamente válida: a saber, que os factos aduzidos se comparam com uma possibilidade interpretativa – com um *esquema de interpretação* –; ela é, pois, *nessa medida*, afim ao papel que a interpretação teleológica desempenha na biologia. Mediante a interpretação racional, também não “inferimos” – como pensa Gottl – a “acção concreta”, mas conexões “objectivamente” *possíveis*. A evidência teleológica, nestas construções, também não significa um específico grau de validade empírica; porém, a construção racional “evidente”, “correctamente” elaborada, é que possibilita tornar reconhecíveis os elementos teleologicamente *não* racionais da acção económica real e, assim, tornar também esta última compreensível no seu decurso efectivo. Esses esquemas interpretativos são, pois, não só – como se afirmou – “hipóteses” análogas às “leis” hipotéticas das ciências da natureza, mas podem ainda *funcionar* como hipóteses, no uso heurístico da interpretação dos processos concretos. Em contraste, porém, com as hipóteses das ciências naturais, o facto de elas, no caso concreto, *não* conterem uma interpretação válida não afecta o seu valor cognitivo, da mesma maneira que, por exemplo, a não validade empírica do espaço pseudo-esférico não causa dano à “correção” da sua construção. A interpretação mediante o esquema racional não era, assim, possível *neste* caso – visto que os “fins” englobados no esquema não existiam (no caso concreto) como motivos – o que não exclui, porém, a possibilidade do seu emprego *noutra* ocorrência. Uma “lei natural” hipotética que falha definitivamente

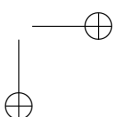
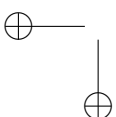




te *num* caso desmorona-se, de uma vez por todas, como hipótese. Em contrapartida, as construções típico-ideais da economia política – correctamente entendidas – não aspiram de modo algum a uma validade *geral*, ao passo que uma “lei da natureza” *deve* renunciar a tal pretensão, se não quiser perder o seu significado. – Por fim, a chamada lei “empírica” é uma regra empiricamente válida com *interpretação* causal problemática; ao invés, um esquema teleológico da acção racional é uma interpretação com *validade* empírica problemática: por conseguinte, as duas constituem opostos *logicamente* polares. – Mas aqueles esquemas são “construções conceptuais típico-ideais”<sup>14</sup>; a sua construção é possível, única e exclusivamente, porque as categorias de “fim” e “meio” condicionam a sua racionalização na sua aplicação à realidade empírica<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Sobre este conceito, veja-se o meu ensaio publicado no *Archiv für Sozialwiss.*, vol. XIX. Espero continuar, dentro em breve e com maior pormenor, as elucubrações que ali foram apenas esboçadas e são, portanto, talvez um pouco ambíguas.

<sup>15</sup> É, pois, o cúmulo do equívoco ver nas construções da teoria abstracta – por exemplo, na “lei da utilidade marginal” – produtos de interpretações “psicológicas” ou, sem mais, “psico-individuais”, ou então a tentativa de uma “fundamentação psicológica” do “valor económico”. A especificidade destas construções, o seu valor heurístico e os limites da sua validade empírica baseiam-se justamente no facto de não conterem sequer um nico de psicologia, seja qual for o sentido que se quiser dar a este termo. Alguns representantes da escola, que trabalham com estes esquemas, partilharam, decerto, esse erro, enquanto noutras ocasiões aduziram analogias com o “limiar de estímulo”; com este, porém, semelhantes construções puramente racionais, possíveis apenas na base de um pensamento económico monetário, nada têm comum, afora certas formas extrínsecas.

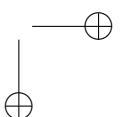
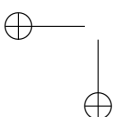




## **A dupla feição da categoria de causalidade e a relação entre irracionalidade e indeterminismo**

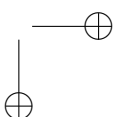
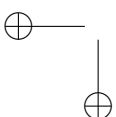
Daqui, mais uma vez e por último, dimana a luz para a asserção acerca da irracionalidade empírica específica da “personalidade” e da “acção” livre.

Quanto “mais livre”, isto é, quanto mais assente em “considerações próprias”, não perturbadas pela pressão “externa” ou por “afectos” insuperáveis, irromper a “decisão” do agente, tanto mais inteiramente a motivação se moldará, *ceteris paribus*, às categorias de “fim” e “meio”; por conseguinte, tanto mais perfeitamente se poderá obter a sua análise racional e, se assim acontecer, a sua ordenação num esquema de acção racional; e tanto maior será, pois, o papel a desempenhar pelo saber nomológico – quer no agente, quer no investigador que analisa – e tanto mais “determinado” estará o primeiro relativamente aos “meios”. E não só. Quanto mais “livre”, no sentido aqui referido, for a “acção”, ou seja, quanto *menos* possuir em si o carácter do “acontecer natural”, tanto mais acabará por entrar em força aquele conceito de “personalidade”, que encontra a sua “essência” na persistência da sua relação interior com determinados “valores” e “significados” vitais derradeiros que, no seu fazer, desaguam em fins, e deste modo se convertem em acção teleologicamente racional; e tanto mais se esbaterá, portanto, aquela feição romântico-naturalista da ideia de “personalidade”, a qual, ao invés, busca o autêntico santuário do elemento pessoal no obscuro e indistinto “subsolo” vegetativo da vida pessoal, ou seja, naquela “irracionalidade” radicada no entrançamento de uma infinidade de condições psicofísicas do desenvolvimento do temperamento e da afectividade, que a “pessoa” *partilha* totalmente com o animal. É este romantismo que, de facto, está por detrás do “enigma da personalidade” na acepção em que, por vezes, Treitschke e, com maior frequência, muitos outros dele falam, e que,





em seguida, onde é possível, tentam ainda vislumbrar a “liberdade da vontade” nestas regiões da natureza. A absurdidade deste último empreendimento é já palpável na vivência imediata: “sentimo-nos”, precisamente mediante tais elementos “irracionais” do nosso agir, ou (por vezes) “coagidos” ou, então, co-determinados de modo “não” imanente ao nosso “querer”. Para a “interpretação” do historiador, a “personalidade” não é um “enigma”; é, pelo contrário, o único interpretativamente “compreensível” que em geral existe, e a acção e o comportamento humanos não são de modo algum, nem sequer onde cessa a possibilidade de interpretação racional, “irracionais” em grau mais elevado – no sentido de imputação causal “incalculável” ou a ela avessa – do que o é qualquer *processo individual* enquanto tal; ao invés, vão muito além da irracionalidade do puramente “natural” em toda a parte onde a “interpretação” racional é possível. A impressão da irracionalidade inteiramente específica do “pessoal” surge em virtude de o historiador medir o agir dos seus heróis e as constelações dele derivadas pelo ideal da acção teleológico-*racional* em vez de – comparando o comparável – o confrontar, como deveria acontecer, com o decurso dos processos individuais na “natureza morta”. Mas muito menos ainda se deveria relacionar qualquer conceito de “liberdade da vontade” com aquela irracionalidade. O agente empiricamente “livre”, ou seja, que actua mediante *deliberações*, está, inclusive, teleologicamente vinculado pelos meios distintos e reconhecíveis, conforme a situação objectiva, para a consecução dos seus fins. De facto, a fé na “liberdade da vontade” é de escassa ajuda para o fabricante na luta da concorrência ou para o corretor na Bolsa. Ambos têm de escolher entre a eliminação económica e o seguimento de máximas muito precisas da conduta económica. Se não as seguirem, para seu detrimento óbvio, teremos, em vista da explicação, de eventualmente considerar – além de outras possíveis hipóteses – também a de que lhes *faltava* a “liberdade de vontade”. De facto, as “leis” da economia política teórica, como também, decerto, toda a interpretação puramente racional de um processo histórico singular, pressupõem



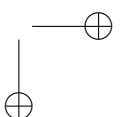
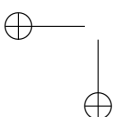


necessariamente a existência da “liberdade de vontade”, seja qual for o sentido, em geral possível, que se dê à palavra, no plano empírico.

Em contrapartida, concebido em qualquer outro sentido, que não seja o da acção teleológico-racional, o “problema” da “liberdade da vontade” em todas as formas que ele pode assumir situa-se inteiramente para lá do exercício da história e perde assim, para ela, todo o significado.

A investigação “interpretativa” que o historiador faz dos motivos é uma imputação *causal* no pleno e idêntico sentido *lógico* em que o é a interpretação causal de qualquer processo individual da natureza, já que o seu fim é o estabelecimento de uma razão “*suficiente*” (pelo menos como hipótese), da mesma maneira que, nos intrincados processos da natureza, ao lidar-se com as suas componentes individuais, só este poderá ser o objectivo da investigação. Ela não pode fazer do conhecimento de um *assim-ter-de-actuar* (no sentido de uma lei natural) o seu fim cognitivo, sob pena de ser uma vítima ou do emanatismo hegeliano ou de qualquer variedade do ocultismo antropológico moderno, porque o *concreto* humano, e também o extra-humano (“vivo” ou “inanimado”), olhado como fragmento, sempre aliás limitado, do universal acontecer cósmico, em parte alguma no âmbito total desse acontecer “cabe” num conhecimento puramente “nomológico” – já que existe em toda a parte (e não apenas no recinto do “pessoal”) uma infinidade intensiva do múltiplo. Todas as componentes particulares concebíveis desta última se podem encarar, sob um prisma lógico, como etiologicamente significativas para uma conexão causal histórica; para a ciência, porém, tão-só o poderão ser as componentes constatáveis como “dadas”.

A forma de utilização da categoria da causalidade pelas disciplinas individuais é sempre diferente; e em certo sentido – há que reconhecer – altera-se assim também o conteúdo da própria categoria, de tal modo que, quando a aplicação do princípio causal se leva a sério até às últimas consequências, perde o seu sentido ora esta ora

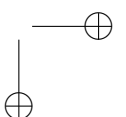
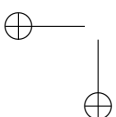






aquela das suas componentes<sup>16</sup>. O seu sentido mais pleno e, como quem diz, “mais primitivo”, contém dois elementos: por um lado, a ideia de “*actuação*” como vínculo, por assim dizer, dinâmico entre fenómenos entre si qualitativamente diversos; por outro, a ideia de subordinação a “*regras*”. A “*actuação*”, enquanto conteúdo objectivo da categoria causal, e juntamente com o conceito de “*causa*”, perde o seu sentido e esbate-se em toda a parte onde, no curso da abstracção quantificadora, se obtém a equação matemática como expressão das relações causais puramente espaciais. Se, aqui, se há-de ainda reter um significado da categoria de causalidade, só poderá ser, então, o de uma regra da sequência temporal dos movimentos, e tal só na acepção de que ela persiste como expressão da metamorfose de algo que, quanto à sua essência, é eternamente *idêntico*. – Ao invés, a ideia de “*regra*” ausenta-se da categoria causal, logo que se reflectir sobre a absoluta unicidade qualitativa do processo cósmico, que se desenrola no tempo, e sobre a *singularidade* qualitativa também de cada segmento espaciotemporal. Em seguida, sob a perspectiva de um desenvolvimento absolutamente único do cosmos, no seu todo ou nas suas partes, o conceito de *regra* causal perde igualmente o seu senti-

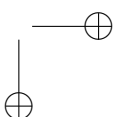
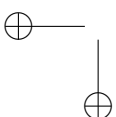
<sup>16</sup> Sobre estes problemas ver O. Ritschl, *Die Kausalbetrachtung in den Geisteswissenschaften* [A reflexão causal nas ciências do espírito], Bonner Universitätsprogramm de 1901. Não se pode, porém, concordar com Ritschl quando, na esteira de Münsterberg em *Grundzüge der Psychologie* [Rasgos fundamentais da psicologia], depara com os limites da consideração *científica* e, sobretudo, da aplicabilidade da noção de causalidade onde se visa a “revivência por compreensão” de um processo. Correcto é apenas que nenhum tipo de consideração causal equivale jamais à “vivência”. Não é possível indagar aqui o significado que tal circunstância poderia obter para as asserções metafísicas. De qualquer modo, a equivalência inexistente verifica-se também em toda a “compreensão” articulada de concatenações motivacionais, e não há razão alguma para que os princípios da consideração causal empírica se devam deter perante os limites da motivação “compreensível”. A imputação dos processos “compreensíveis” realiza-se segundo princípios fundamentais *logicamente* idênticos aos da imputação dos acontecimentos naturais. No princípio de causalidade, no solo do *empírico*, há apenas uma barreira: esta surge quando a *equação* causal deixa de ser o fim, possível ou ideal, do trabalho científico.





do, tal como acontece, na equação causal, ao conceito de *actuação* causal; e, se quisermos reter um sentido da categoria de causalidade para a infinidade do acontecer concreto, inabarcável para qualquer conhecimento, então *só* nos resta a ideia de algo “provocado”, na acepção de que aquilo que é totalmente “novo”, em cada diferente momento temporal, “deveria” brotar do “passado” assim, e não de outro modo; mas, no fundo, isto significa apenas referir o facto de que ele “surgiu” assim, e não de outro modo, no seu “agora”, em absoluta singularidade e, no entanto, num *contínuo* do acontecer.

As disciplinas empíricas, que trabalham com a categoria da causalidade e elaboram as *qualidades* da realidade, e nas quais se integram a história e ainda todas as “ciências da cultura”, utilizam, quase sempre, esta categoria em toda a sua extensão: encaram os estados e as mudanças da realidade como “actuados” e “actuantes”, e procuram, em parte, mediante a abstracção, a partir dos contextos concretos, descobrir “regras” de “causação” e, em parte, “explicar” conexões “causais” concretas pela referência a “regras”. Mas que papel ali desempenhará a formulação de “regras” e que forma lógica elas assumirão, se em geral terá lugar uma formulação de regras, é um problema da meta cognitiva específica. A sua formulação em forma de juízos de *necessidade* causais, porém, não é a sua meta exclusiva; a impossibilidade da forma apodíctica de nenhum modo se limita às “ciências do espírito”. Sobretudo na história, a forma da explicação causal provém, ademais, do seu postulado da “interpretação” mediante a compreensão. Sem dúvida, ela quer e deve trabalhar também com conceitos de suficiente precisão, e aspira ao máximo possível de claridade na imputação causal, de acordo com a situação do material das fontes. Mas a interpretação do historiador não se dirige à nossa capacidade de ordenar os “factos” enquanto exemplares em conceitos genéricos e em fórmulas gerais, mas à nossa familiaridade com a tarefa, que todos os dias se nos apresenta, de “compreender” a acção humana individual nos seus motivos. Em seguida, as “interpretações” hipotéticas, que a nossa “compreensão” empática nos mini-

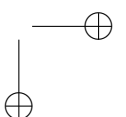
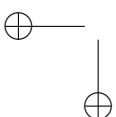




stra, são, decerto, por nós verificadas com a ajuda da “experiência”. Vimos, porém, no exemplo da queda do rochedo, que a obtenção dos juízos de *necessidade*, como meta exclusiva da imputação causal de uma multiplicidade individual de dados, só é realizável em elementos parciais, resultantes da abstracção. Assim também na história: ela só pode estabelecer que houve uma conexão “causal” de determinado tipo e torná-la “compreensível” pela referência a regras do acontecer. Por isso, a “necessidade” estrita do acontecer concreto continua a ser, para a história, não só um postulado ideal, mas um postulado que reside na infinidade; então, não se deve, por outro lado, derivar da irracionalidade, inclusive de cada acontecer individual, enquanto parte do cosmos, nenhum conceito de uma “liberdade” indeterminista, específico e relevante para a investigação histórica. Em especial a “liberdade da vontade” é, para ela, algo de transcendente, e até de absurdo, quando concebido como fundamento do seu trabalho. Em termos negativos, a situação é esta: para a história, *ambas* as ideias se encontram para lá de toda a experiência” que ela possa verificar; e às duas não é permitido influenciar, de modo efectivo, o seu trabalho prático.

Por isso, quando, nas discussões metodológicas, se depara, e não raro, com a asserção de que “também” o homem, no seu agir, “está” (objectivamente) sujeito a um “nexo causal” (logo, legal)<sup>17</sup> “sempre idêntico”, trata-se de uma *protestatio fidei* [declaração de fé], sem ligação com o âmbito da prática científica e não inocuamente formulada, em prol do determinismo metafísico, da qual o historiador não pode tirar quaisquer consequências para o seu exercício prático. Ao invés, pelo mesmo motivo, a rejeição da fé metafísica no “determinismo” – seja qual for o sentido em que ela se expresse – por parte de um historiador, porventura por razões religiosas ou outras situadas para lá da experiência, é em princípio ou empiricamente de todo irrelevante, porquanto o historiador, na sua prática, se até ao

<sup>17</sup> Assim, por exemplo, também em Schmoller na sua recensão a Knies, antes citada.





princípio da interpretação da acção humana, a partir de “motivos” inteligíveis, em princípio e, sem excepção, sujeitos à verificação pela experiência. Mas a fé em que os postulados deterministas possam, em qualquer área do saber, conter o postulado *metodológico* da exposição de conceitos genéricos e de “leis” como fito exclusivo não é um erro maior<sup>18</sup> do que a correspondente suposição em sentido inverso: que qualquer fé metafísica na “liberdade da vontade” *exclui* a aplicação de conceitos genéricos e de “regras” ao comportamento humano, ou que a “liberdade da vontade” do homem está associada a uma específica “incalculabilidade” ou, em geral, a qualquer espécie de irracionalidade “objectiva” do agir humano. Como vimos, o que acontece é justamente o contrário.

---

<sup>18</sup> Com efeito, se o “material” de um contexto histórico concreto consistisse apenas em processos condicionados pela histeria, hipnose ou paranóia – que encaramos como “natureza”, porque não interpretáveis –, então, permaneceria idêntico o princípio da construção conceptual histórica: em seguida, também só o “significado” estabelecido pela relação axiológica, e adscrito a uma constelação individual dos processos religados ao “ambiente” igualmente individual, seria o ponto de partida da elaboração científica, ao passo que o conhecimento das conexões individuais seria o fim, e a imputação causal individual o meio. Também Taine, que, por vezes, faz concessões a tais argumentos, persiste assim como “historiador”.

